



17.30
d

Processo Administrativo nº 024/2022.

Requerente: Marcos Negromonte

Requeridos: José Evandro de Melo Silva (Evandro Tacaimbó – Juiz de Pista)

Malto Menezes Amorim (Juiz da Alternativa)

Carlos Alex Sousa (Juiz da Alternativa)

Reginaldo Matos de Goes (Juiz da Alternativa)

DECISÃO

Tratam-se os autos de Processo Administrativo aberto por solicitação do Sr. Marcos Negromonte, através de denúncia/requerimento encaminhado ao e-mail da ABVAQ na data de 23/08/2022.

Na denúncia o requerente atesta, em síntese, ao julgar o boi do Competidor Fernando Lucena Neto (Fernandinho Lucena), senha 2060, (Fernandinho Lucena) durante a disputa durante, precisamente na rodada de classificar, da categoria amador na vaquejada do Parque Rufina Borba, na cidade de Bezerros/PE., os juizes da pista e da alternativa, julgaram o boi zero, em desacordo com as regras previstas no Regulamento Geral de Vaquejada, além de que os membros da comissão alternativa violaram a disposição contida no art. 18, alínea “d”, do Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, tendo em vista não terem apresentado documento informando (justificando/fundamentando) o motivo pelo qual o boi foi julgado zero.

Diante de suas alegações, o requerente pleiteou o julgamento do boi pela ABVAQ e, após verificação no erro de julgamento, que aplicadas as punições cabíveis aos profissionais envolvidos nos julgamentos do boi em questão.

1

[Handwritten signatures and initials]



31/8

Diante da denúncia recebida, o Presidente da ABVAQ nomeou a presente comissão de julgamento, composta por três membros, sendo o ora relator e os demais componentes abaixo assinado, para apuração e julgamento da referida denúncia.

De pronto, foi requerido encaminhado Notificação à Comissão de Julgamento de Boi da ABVAQ, para elaboração do parecer técnico, devendo, para tanto, solicitar às imagens da referida apresentação, de acordo com as normas contidas no Regulamento Geral de Vaquejada e no Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, bem como foi determinada a citação e intimação dos requeridos.

O requerido Reginaldo Matos de Goes, na data de 25/08/2022, de forma tempestiva apresentou defesa, alegando ser parte ilegítima para figurar no polo passivo, uma vez que não participou do julgamento do boi em questão.

Já os requeridos Carlos Alex Sousa e Mailto Menezes Amorim, apresentaram defesa por escrito, informando, em síntese que realizaram o julgamento do boi zero com fundamento no art. 11 do RGV, uma vez que, na visão dos citados requeridos, o competidor ao puxar o boi *não teve contado direto com o cavalo, não chegando a esticar a cauda do boi na puxada.*

No que pese ao requerido José Evandro de Melo Silva (Evandro Tacaimbó), apesar de regulamento citado e intimado, não apresentou defesa.

Na data de 25/08/2022 o Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ juntou aos autos parecer, afirmou que os julgamentos em relação ao boi em análise foram equivocados, em total desacordo com o RGV e MJB da ABVAQ. Afirmando, ainda, em sua conclusão que: *"As imagens mostram que as partes superiores do corpo do bovino não tocaram a primeira faixa de pontuação e o boi se soltou completamente para ponto entre as faixas de pontuação após a ação do puxador. Desta forma, o julgamento desempenhado pelos juízes, tanto na pista quanto na alternativa foi em desacordo com que versa o regulamento Geral de Vaquejada da ABVAQ, tendo em vista que partes superiores do corpo do boi não tocaram a primeira faixa de pontuação, o se soltou completamente para ponto entre as faixas de pontuação e se firmou entre elas. Assim sendo, o julgamento desta apresentação foi injusto, iníquo com o que versa o regulamento geral de vaquejada da ABVAQ".*

Esse é o breve relatório.

Passamos a decidir:



Pl 32
A

De início, entende esta Comissão que o presente processo está pronto para julgamento, não havendo necessidade de mais dilação probatória, uma vez que a mídia juntada nos autos, o parecer exarado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ e as defesas apresentadas elidem a necessidade de produção de novas provas.

Diante da preliminar de ilegitimidade passiva levantada pelo requerido Reginaldo Matos de Goes, esta Comissão, à unanimidade, após informações prestadas pelo organizador do evento, Sr. Márcio Borba, acolhe a referida preliminar, extinguindo o feito em relação ao requerido Reginaldo Matos de Goes.

Ultrapassadas as questões preliminares, passamos diretamente ao mérito da demanda.

De início, mesmo diante da apresentação das defesas pelos requeridos Carlos Alex Sousa e Maito Menezes Amorim, há de se aplicar pena de confesso aos mesmos em relação ao não cumprimento da norma prevista na alínea "d", do art. 18, do Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, uma vez que, consoante observa-se nas defesas juntadas aos autos, não houve impugnação ao referido ponto da denúncia.


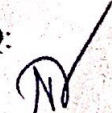
No que pese a não apresentação da defesa pelo requerido José Evandro de Melo Silva (Evandro Tacaimbó), esta comissão reconhece sua revelia; contudo, entende necessário e prudente avaliar os seus respectivos efeitos, com base nas provas colecionadas aos autos.

A denúncia, de forma inicial, versa sobre suposto julgamento equivocado pelo juiz de pista e sua ratificação pela comissão alternativa, sob a alegação fática de que não fora observada as regras contidas no Regulamento Geral de Vaquejada. Além disso, afirma descumprimento pelos membros da comissão alternativa da norma prevista na alínea "d" do art. 18 do Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ.

Analisando as imagens, e o parecer exarado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, resta claro que o boi, ao ser deitado, não tocou com as partes superiores a primeira faixa de pontuação, soltando-se completamente entre as faixas de pontuação e, ao se firmar, o fez entre elas. Portanto, sob esses aspectos, o julgamento correto a ser aplicado seria pela validação da apresentação, nos termos do art. 19 do Regulamento Geral de Vaquejada.

Ultrapassando esse aspecto, cumpre analisar os argumentos apresentados pela defesa de que ao puxar o boi, o vaqueiro não estava em contato direto com o cavalo, o que, segundo os requeridos, tornaria zero a apresentação com base no art. 11, alínea "i", do MJB.

Reza o art. 11, alínea "i" do Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ:





14.33
4

"Art. 11. Só será válido o boi, se o mesmo em algum momento da ação do puxador, ao deitar-se no solo, se soltar completamente e, ao levantar-se (considerando "levantar-se" como o momento em que o boi retorna o contato das extremidades de suas 4 patas com o solo, ou seja, o casco de cada uma delas tocar o solo e se firmar completamente) estiver com as patas entre as duas faixas de pontuação.

i) O vaqueiro, caso não esteja montado no seu cavalo, só poderá participar do reposicionamento do bovino, quer na faixa ou em qualquer outro local da pista de competição, se não houver contato físico com o boi. Caso haja contato físico, nesse caso, o boi será julgado zero."

(original sem grifos)

Cumpre destacar que a norma trazida pelos requeridos em suas defesas, cujo trecho acima citamos, em especial a alínea "i" não tem qualquer relação com o caso em tela, uma vez que não se tratar de reposicionamento de boi.

A citada alínea "i", do art. 18, do MJB se aplica única e exclusivamente a casos de reposicionamento e não, como tenta induzir os requeridos, casos de puxada. Destacando, inclusive, a proibição de tocar o boi na intenção de reposicioná-lo.

No mais, diferente do que afirmam os requeridos, não há qualquer disposição no RGV e no MJB que obrigue o competidor, no ato da puxada, está em contato com o cavalo, até porque, o referido contato é natural. O que há de se observar é se houve, ou não ação do puxador no momento da puxada, isso é o que está previsto no caput do citado art. 11 do Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ.

Analizando as imagens, bem como observando o parecer do Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, verifica-se que o puxador exercer ação no momento da puxada; fato, inclusive, reconhecido pelos próprios requeridos, em suas defesas, quando afirmam que o vaqueiro puxou o boi. Não há a menor dúvida da ação do competidor no momento da puxada.

No mais, em razão da pena de confissão reconhecida por esta comissão, diante da omissão dos requeridos, em suas defesas, no que diz respeito a obrigação contida na alínea "d" do art. 18, do MJB da ABVAQ, há de se reconhecer a violação da citada norma pelos requeridos Carlos Alex Sousa e Mailto Menezes Amorim.

João

4

Salto



1134
4

Assim, entende esta comissão que tanto o juiz de pista, quando a comissão alternativa, proferiram julgamento equivocados no boi objeto da denúncia.

Contudo, faz-se necessário, para aplicar-se a penalidade de maneira justa e proporcional, considerar a natureza do erro de cada um dos requeridos, inclusive analisando o momento do julgamento, as circunstâncias atenuantes ou agravantes e os antecedentes dos denunciados em processos administrativos junto à ABVAQ.

Em relação ao juiz de pista, o requerido José Evandro de Melo Silva (Evandro Tacaimbó), mesmo sendo revel no presente processo administrativo, há de se aplicar penalidade de acordo com a sua conduta individualizada, o momento em que se deu o julgamento e, ainda, observando os critérios atenuantes e mesmo os agravantes acima citados.

Nos autos não há comprovação de que o requerido José Evandro de Melo Silva (Evandro Tacaimbó) deu interpretação equivocada de norma prevista no RGV e no MJB. O julgamento zero proferido pelo requerido (quando na função de juiz de pista) foi baseado em sua interpretação no momento do julgamento de que o boi havia tocado a primeira faixa de pontuação com as partes superiores.

Dessa forma, entendemos que não houve um erro grosseiro, inclusive destaca-se que o julgamento foi proferido na pista de competição, no ato da apresentação, não tendo o juiz de pista qualquer meio tecnológico para auxiliá-lo no julgamento.

Assim, nos parece justo, mesmo reconhecendo o erro do juiz de pista, não lhe aplicar quaisquer das penalidades previstas no art. 36 do RGV; quer pela inexistência de erro grosseiro, quer por se tratar de um profissional que até o momento não foi condenado em processo administrativo junto à ABVAQ.

Em relação aos requeridos Carlos Alex Sousa e Mailto Menezes Amorim (juiz que proferiram julgamento quando estavam na comissão alternativa), diante dos argumentos por eles apresentados em suas defesas, restou claro o desconhecimento, pelo menos no aspecto analisado nos autos, das normas contidas no RGV e no MJB da ABVAQ, já que, além de não cumprirem a determinação contida na alínea "d" do art. 18 do MJB, interpretaram de forma descontextualizada e sem nexos com o julgamento do boi, as normas contidas no art. 19 do RGV c/c o art. 11 do MJB da ABVAQ.

Diante da conduta dos requeridos Carlos Alex de Souza e Mailto Menezes Amorim, entende esta comissão pela necessidade de aplicação da pena de suspensão de imediato, até a realização de curso de reciclagem, nos termos do item 3, do Regulamento Geral de Vaquejada.

Assim, em face do que consta nos autos e da fundamentação apresentada nesta decisão, esta Comissão, por unanimidade, acata a preliminar de ilegitimidade passiva apresentada pelo requerido Reginaldo Matos de Goes, extinguindo o feito

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



pg 35
X

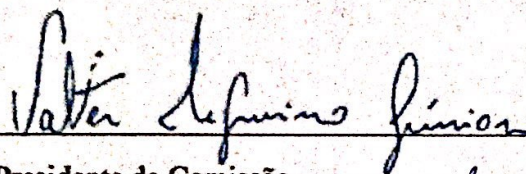
em relação ao mesmo. No mérito, também a unanimidade, com fulcro nos fundamentos expostos nesta decisão, rejeita a denúncia em relação ao requerido José Evandro de Melo Silva, julgando-a, por outro lado, procedente em relação aos requeridos Carlos Alex Sousa e Mailto Menezes Amorim, ao qual fica determinada pena de suspensão, a ser iniciada no primeiro dia útil seguinte a intimação, até a realização do curso de reciclagem, nos termos do item 3, do art. 36, do Regulamento Geral de Vaquejada.

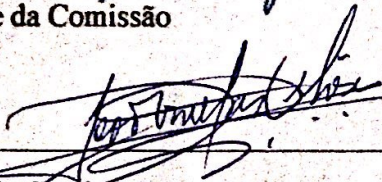
Remeta-se a presente decisão ao Presidente da ABVAQ, para análise e posicionamento, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral.


Após decisão do Presidente, em caso de validação, expedir mandados de intimações das partes, bem como encaminhar ofício ao setor de TI da ABVAQ para devida publicação.

Encaminhar, ainda, cópia da decisão à Coordenação Pedagógica e à Diretoria de Chancela, com o intuito de quem sejam tomadas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do que aqui fora decidido.

João Pessoa/PB., 13 de setembro de 2022.


Presidente da Comissão


Membro da Comissão


Membro da Comissão

Valtair

Parecer técnico sobre julgamento de boi em vaquejadas cancelada pela ABVAQ 2021.

A apresentação aconteceu dia 21 de agosto de 2022, durante a vaquejada do Parque Rufina Borba, localizado na Cidade de Bezerros, estado de Pernambuco. O competidor **Fernando Lucena** (puxador) e **Companheiro** (esteira), se apresentou na senha 2060, no horário aproximado de 16:30 horas, na categoria amador, em um boi de cor branca, conforme imagens e informações fornecidas pelo solicitante puxador competidor. Na solicitação, o solicitante, reivindica que o julgamento dessa apresentação foi equivocado e pedem providências da ABVAQ. Para o solicitante, o boi não tocou na primeira faixa de pontuação com partes superiores do corpo, como alegaram os julgadores no evento. O Juiz da pista, Sr Evandro Tacaimbó, julgou zero(0). Os senhores Alex Brejeiro e Mailton Amorim, juízes da alternativa, julgaram zero (0).

Parecer Técnico da ABVAQ:

Em análise técnica, realizada com as imagens oficiais do evento citado pelo solicitante, e conforme consta do regulamento geral de vaquejada da ABVAQ, publicado no Diário Oficial da União em 17 de agosto de 2017, por recomendação do Ministério da Agricultura, por entender que este regulamento atende os requisitos necessários para a preservação do bem estar animal em eventos dessa natureza, chegamos a conclusão que:



1. Saída do brete normal.



2. Neste momento nas imediações da 1ª faixa de pontuação, o puxador fazendo sua ação e tudo segue normal na apresentação.



3. Neste frame, o puxador continua sua ação, mas o boi ainda continua em pé por sobre a primeira faixa de pontuação.



4. Neste frame, a parte traseira do boi já passou da 1ª faixa de pontuação, durante a ação do puxador, mas o bovino ainda continua em pé.



5. Aqui neste frame, partes superiores do corpo do boi já estão em contato com o solo mas, isso já entre as faixas de pontuação.



6. Aqui neste frame, o boi está totalmente deitado no solo, entre as faixas de pontuação.



7. Aqui neste frame, o boi está firmado entre as faixas de pontuação.

Conforme o que diz o Artigo 19 do Regulamento geral de Vaquejada da ABVAQ, no seu Parágrafo Primeiro, Art. 19 - Só será válido o boi, se o mesmo se soltar completamente entre as faixas de pontuação e, ao se firmar, estiver entre elas.

Parágrafo Primeiro: A primeira faixa é intocável pela parte superior do boi, considerando superior a parte que fica do jarrete para cima (coxão) e parte inferior, do jarrete para baixo (perna). As imagens mostraram que as partes superiores do corpo do bovino não tocaram a primeira faixa de pontuação e o boi se soltou completamente para ponto entre as faixas de pontuação após a ação do puxador. Desta forma, o julgamento desempenhado pelos juízes, tanto na pista quanto na alternativa foi em desacordo com que versa o regulamento Geral de Vaquejada da ABVAQ, tendo em vista que partes superiores do corpo do boi

não tocaram na primeira faixa de pontuação, o se soltou completamente para ponto entre as faixas de pontuação e se firmou entre elas. Assim sendo, o julgamento desta apresentação foi injusto, iníquo com o que versa o regulamento geral de vaquejada da ABVAQ.

João Pessoa – PB, 25 de agosto de 2022.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'J' followed by several loops and a horizontal stroke.

Jorge Anastácio de Araújo
Coordenador de Regulamento da ABVAQ